

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ACESSO A SAÚDE

Gabriela Thiemi Kubota Ferreira (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Professora Doutora Valéria Silva Galdino Cardin. (Orientadora), e-mail: ra119439@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciência Sociais Aplicadas/Maringá,  
PR

**Área: Ciência Sociais Aplicadas Subárea: Direito**

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua, Acesso à Saúde, Consultório na rua.

### Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar às mazelas vivenciadas pela população em situação de rua (PSR), grupo populacional que vive às margens da sociedade, especificamente quanto às dificuldades em relação ao acesso do sistema único de saúde (SUS). Será analisado também o projeto “consultório na rua” criado pelo Ministério da Saúde a fim de proporcionar um atendimento adaptado às pessoas em situação de rua, enfatizando a importância do tratamento e atendimento dessa população. Por fim, foi utilizado o método teórico que consiste na consulta de obras, artigos de periódicos, documentos eletrônicos, bem como da legislação pertinente ao tema.

### Introdução

A população brasileira tem o direito ao acesso gratuito à saúde, contudo as pessoas em situação de rua enfrentam muitos problemas, em decorrência do cenário precário em que estão inseridos. Diante disso, esta pesquisa analisará as dificuldades dessa população, em decorrência da ineficiência do Estado na fiscalização das políticas públicas que tratam da saúde. Infelizmente, esta população é levada a procurar ajuda no sistema de saúde somente em situações emergenciais, quando estão em condição de vulnerabilidade. A dificuldade de acesso às necessidades básicas como o banho, a alimentação e a exposição contínua a violência, prejudica às pessoas em situação de rua, levando ao despreparo dos profissionais das unidades básicas de saúde no atendimento e tratamento dessa população, que conseqüentemente, dificulta o trabalho das equipes de consultório na rua. Por conseguinte, a presente pesquisa tem como objetivo fazer uma revisão literária das pesquisas científicas acerca do tema, para identificar as barreiras no acesso ao sistema de saúde e o papel do projeto consultório na rua, como ponte de acesso dessa população às Unidades Básicas de Saúde (UBS's), analisando também os empecilhos que o projeto deve superar.

## Materiais e métodos

Este projeto se fundamenta no método hipotético-dedutivo, determinando as dificuldades do problema, formulando hipóteses que apresentam soluções provisórias a serem testadas quanto ao acesso à saúde de qualidade, apesar do cenário da rua.

## Resultados e Discussão

A Política Nacional estabelecida em 2009 com o propósito de garantir o acesso da população de rua aos serviços públicos, implementou o consultório na rua, que tem como objetivo realizar a ponte entre a pessoa vulnerável e os serviços de saúde. O consultório busca atuar frente aos diferentes problemas e as necessidades da saúde da população em situação de rua (PSR), respeitando o direito fundamental à saúde, instituído no Brasil em 1988 por meio da promulgação da Constituição Federal, juntamente a Lei nº. 8.080/1990, efetivada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). (BORYSOW; FURTADO, 2013). Desde 2011 o consultório realiza suas atividades *in loco*, compartilhadas e integradas às unidades de atenção primária à saúde, às equipes dos Centros de Atenção Psicossocial e dos serviços de Urgência e Emergência, com o modelo centrado em uma visão ampliada de cuidado. As equipes de consultório na rua (eCR) consideram as singularidades das pessoas, suas necessidades e contexto de vida que estão vivendo. Levando em conta a situação da população em situação de rua, os profissionais buscam utilizar diversas estratégias de diagnósticos rápidos, atuando mais nos primeiros cuidados, ou seja, urgências e emergências, como violências, traumas ou mesmo de natureza psiquiátrica, dado que esta população resiste aos sintomas aparentes e quando buscam por atendimento na rede pública de saúde, estão com várias comorbidades associadas, não conseguindo lidar e resistirem sozinhos às dores (BORYSOW; FURTADO, 2013). É complexo o cuidado dos usuários com condições crônicas, por dificuldades no diagnóstico e tratamento, necessitando de um acompanhamento contínuo, longitudinal, exigindo a elaboração de estratégias para mantê-los acompanhados devido à grande mobilidade geográfica. É desafiador o cuidado dessas pessoas com doenças que exigem maior densidade tecnológica, realizados nos espaços públicos das ruas ou abrigos, por isso as equipes encaminham as unidades básicas de referência. Entretanto, muitas são as dificuldades para manter o acompanhamento de doenças crônicas nas unidades básicas, dentre elas estão: as filas e a demora para agendar as consultas. Além disso, as pessoas que estão na rua mantêm outras prioridades que não a saúde, como a preocupação com o local para dormir, obter alimentação ou se manter confortável com as mudanças climáticas. Acrescenta-se, o número desproporcional de consultórios nas ruas implementados diante da representatividade da demanda da população em situação de rua. Considerando a ausência de equipes, principalmente em municípios com menos de 100 mil habitantes, que não são contemplados com o projeto, os serviços de Assistência Social frequentemente tentam intermediar o acesso das pessoas em condição de rua aos serviços de saúde mental, porém, têm enfrentado problemas no que se refere à articulação com os serviços da saúde. Além disso, cabe ressaltar, segundo Oliveira *et al.* (2020), que a dificuldade no agendamento de exames,

consultas e encaminhamentos realizados por uma equipe a outro serviço, acaba por esbarrar nas burocracias institucionais, desestimulando essa população fragilizada, como nos casos em que na tentativa de internação, a equipe hospitalar dificulta na admissão, por considerar o processo de alta complicado, visto que essa população não possui endereço fixo e uma rede de apoio para a plena recuperação. Cabe enfatizar ainda, as tensões vivenciadas pelos profissionais do consultório na rua com as unidades básicas de saúde, gerando uma dificuldade de integração nas UBS's de referência. Essas complicações são evidenciadas de acordo com o estudo de Cunha *et al.* (2020), pela incompreensão dos profissionais das unidades básicas acerca da finalidade do serviço de funcionários do consultório na rua e por enxergarem, de modo geral, as pessoas em situação de rua como indivíduos com patologias sociais. Em diversos artigos há relatos de experiências negativas em relação a assistência e ao atendimento à saúde nas unidades básicas, permeadas por indiferença, preconceitos, julgamentos, descaso, principalmente com aqueles que fazem uso de álcool e drogas. Aristides e Lima (2009) esclarecem que, da forma como esses usuários se apresentam aos serviços de saúde; sujos, com fortes odores, influenciam o atendimento e o acesso, podendo ser mal recebidos por funcionários ou outros usuários do serviço, desencorajando-os as futuras buscas. Além disso, os trabalhadores da assistência social, frequentemente, se deparam com a recusa do atendimento por parte dos serviços de saúde, sob a alegação de que o morador de rua não possui referências ou um responsável para, por exemplo, controlar a sua medicação (VARANDA; ADORNO, 2004). É fato que a falta de moradia dificulta o traçado de estratégias para o tratamento medicamentoso, muitos não querem aderir a tratamentos devido aos efeitos do remédio, que os deixam mais vulneráveis à violência na rua ou simplesmente por não conseguirem fazer o controle de uso contínuo, porém fala-se pouco a respeito das iniciativas das UBS's em acolher essa população, ficando a cargo assim dos consultórios nas ruas manter o contato com essa população para o manuseio de medicamentos, o que não diminui por absoluto a dificuldade dessa população, visto que grande parte tem a necessidade de mudar de área nas cidades perdendo o contato com o consultório.

## Conclusões

Analisar as dificuldades que afetam o processo de atendimento à saúde da população em situação de rua é uma condição fundamental para a contribuição na formulação e implantação de políticas públicas, e serviços que respondam efetivamente às suas necessidades. Por conseguinte, a presente pesquisa buscou fazer uma revisão literária afim de identificar dificuldades encontradas pela população ao acessar o serviço de saúde, para tanto identificou-se que o problema, além do modo de vida em que estão sujeitos, está justamente na dificuldade de reconhecimento, por parte dos profissionais nas UBS's as especificidades que esse público exige no atendimento e tratamento médico, ocasionando um empasse na integração dessas unidades com o consultório na rua, especializado em atender esse tipo de população. Sendo assim, é preciso que sejam ampliadas as estratégias de desmistificação das questões que geram o preconceito nesses profissionais de unidades básicas. Nesse sentido, atividades de aproximação dos trabalhadores do setor público à população em situação de rua, através de rodas de conversas e outros espaços de interação podem produzir efeitos positivos. Outro aspecto

observado é a importância das equipes de consultório na rua para pessoas em situação de rua, sendo primordial que o projeto seja implantado proporcionalmente a quantidade da população em situação de rua de cada cidade, devendo inclusive considerar discussões para a criação de outras equipes específicas, que atenda essa população e torne o sistema de saúde mais equilibrado.

## Agradecimentos

Agradeço a Doutora Valéria S. Galdino Cardin e o programa PIBIC/CNPq/FA pela abertura de inúmeras oportunidades de debates acerca do tema.

## Referências

ARISTIDES, J.L.; LIMA, J.V.C. Processo saúde-doença da população em situação de rua da cidade de Londrina: aspectos do viver e do adoecer. **Revista Espaço para a Saúde**.v.10, n.2, p.43-52, jun. 2009. Disponível em: <[http://ww.ccs.uel.br/espacopara\\_saude/v10n2/Artigo7.pdf](http://ww.ccs.uel.br/espacopara_saude/v10n2/Artigo7.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2020

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Physis**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.33-50, 2013. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312013000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jun. 2021

CUNHA, A. T. R. *et al.* População em Situação de Rua: o Papel da Educação Médica ante a Redução de Iniquidades. **Revista Brasileira de Educação Médica [online]**, Mossoró, v. 44, n.01, e136, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/kQWPYptzwqFcPKdt56LbDb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021

OLIVEIRA, M. A. *et al.* O acesso à saúde pela população em situação de rua da Avenida Paulista: barreiras e percepções. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp [online]**, São Paulo, v. 55, e03744, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/J5B4q6h6HFm5rCmjCJMZF8x/#>. Acesso em: 05 jun. 2021.

VARANDA, W.; ADORNO, R. de C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúdesoc**. São Paulo, v.13, n.1, p.56-69, abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902004000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2021